

Resumo alargado

A existência de um sistema de salário mínimo constitui em grande parte das economias desenvolvidas um instrumento de política económica que visa a regulamentação do mercado de trabalho, assegurar uma valorização digna da remuneração do trabalho e atenuar as situações de pobreza e de desigualdade. A sua implementação tem um efeito sobre o conjunto da distribuição salarial que não se limita aos trabalhadores que o auferem, mas que se propaga e influencia o salário de muitos trabalhadores.

Ao longo da dissertação realizou-se uma análise detalhada do sistema de salário mínimo vigente em Portugal, do seu enquadramento europeu, da sua abrangência e, das características dos trabalhadores que o auferem e da sua evolução nos anos mais recentes. O salário mínimo constitui um elemento estruturante da política salarial existente no nosso país, porque mais de um quinto dos trabalhadores por conta de outrem a auferir do salário mínimo em 2018. Igualmente significativo é o facto de nos últimos 20 anos o peso dos trabalhadores com salário mínimo ter vindo a aumentar de forma muito expressiva.

A aproximação do salário mínimo ao valor do salário mediano introduz limitações acrescidas à utilização do salário mínimo como instrumento de regulação do mercado de trabalho e diminui a sua eficácia na redução das desigualdades salariais.

Para uma caracterização mais exaustiva do atual sistema de salário mínimo existente em Portugal utilizaram-se os microdados dos Quadros de Pessoal referentes ao ano de 2018, o ano mais recente disponível. A análise da distribuição salarial permitiu não só uma quantificação rigorosa aos níveis de desigualdade existentes, mas igualmente permitiu evidenciar algumas insuficiências da utilização exclusiva da remuneração base como indicador do nível efetivo.

A comparação entre a distribuição da remuneração base e do ganho total permite introduzir novos elementos sobre o nível de desigualdade salarial. A passagem da remuneração base para o ganho traduz-se num acréscimo dos salários médios e a movimentos de reranking às componentes extra à remuneração base ao longo da escala de rendimentos; e que abrange uma parte dos trabalhadores que auferem o salário mínimo. Este último efeito de reranking evidencia a necessidade de se considerarem todas as fontes

de remuneração quando se consideram os recursos efetivamente auferidos pelos trabalhadores por conta de outrem.

Através de um exercício simples de comparação entre o valor do salário mínimo e do limiar de pobreza para um conjunto de famílias tipo, foi possível identificar os agregados familiares mais vulneráveis. Se só um dos elementos receber o salário mínimo, estes agregados dificilmente escaparão à situação de *working poors*.

De forma a responder à questão central deste trabalho – qual o impacto redistributivo do salário mínimo – procedeu-se à microsimulação do aumento do salário mínimo. O principal resultado obtido é que o aumento do valor do salário mínimo implica indiscutivelmente um efeito redistributivo que reduz a desigualdade. Todos os índices de desigualdade apresentados apresentam uma redução do seu valor, ainda que em diferentes medidas devido às diferentes sensibilidades dos indicadores. Mas a simulação efetuada evidencia igualmente dois outros efeitos que devem ser analisados com cuidado: o aumento da proporção do número de trabalhadores a receber o salário mínimo e uma aproximação ainda maior entre o valor do salário mínimo e o salário mediano.

A simulação do aumento do salário mínimo foi feita mantendo inalterado o nível de emprego o que na realidade poderá não acontecer. Se o aumento do salário mínimo induzir um aumento do desemprego expressivo, os seus efeitos redistributivos poderão ser menores do que os evidenciados pela simulação.

Afirmar que o salário mínimo é a solução para as disparidades económicas e sociais ao mesmo tempo que reduz a pobreza, é insuficiente. Enquanto instrumento deve ser utilizado com consciência de que os seus benefícios podem rapidamente ser ultrapassados pelos custos.

Palavras-chaves: salário mínimo, efeitos redistributivos, desigualdade